

36
16/158



Quinta-feira, 18 de Setembro de 2014

II Série – N.º 87

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Despacho n.º 2583/14:

Desvincula Domingas Maria Carvalho Santos do Prado, Técnica Média de 2.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2584/14:

Desvincula Henriques Bernardo Santos, Motorista de Pesados Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2585/14:

Desvincula Guilhermina Valente António, Aspirante, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2586/14:

Desvincula Xavier Vasco Gomes, Técnico Especialista Principal, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2587/14:

Promove Maria Del Pilar Africano para a categoria de 1.º Assessor.

Despacho n.º 2588/14:

Transfere Irene Cassova Nunda, Técnica Média de 3.ª Classe, da Repartição Fiscal de Finanças do Namibe para a Repartição Fiscal do Lubango da Delegação Provincial de Finanças da Huila.

Despacho n.º 2589/14:

Nomeia Ernestina Maria da Silva Pereira para o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Benguela.

Despacho n.º 2590/14:

Nomeia Osvaldo Carlos Victorino para o cargo de Adjunto do Chefe da Repartição Fiscal de Benguela. — Revoga o Despacho n.º 1615/14, de 11 de Agosto.

Despacho n.º 2591/14:

Nomeia Mendes da Costa Afonso para o cargo de Chefe da Secção de Prevenção e Fiscalização Tributária da Repartição Fiscal do Lubango. — Revoga o Despacho n.º 1621/14, de 11 de Agosto.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 2592/14:

Altera o nome de Carlos Tecassala Zinga para Tekasala Ma'at Nzinga.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 2593/14:

Desvincula Catiti Tchimbungula, Operário Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2594/14:

Desvincula José Tchingongo Tchambala, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2595/14:

Desvincula Mauricio Feliciano, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2596/14:

Desvincula Ndjunga Canganha, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2597/14:

Desvincula Simão Tchicalc Souel, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2598/14:

Desvincula Mbuale Mahimba, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2599/14:

Desvincula Sampaio Cacimbo, Encarregado não Qualificado, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2600/14:

Desvincula Calenga Lolola, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2601/14:

Desvincula Sales dos Santos Sebastião, Escriturário-Dactilógrafo, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 2602/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Bendinho Freitas Miguel Eduardo vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor.

Despacho n.º 2603/14:

Exonera Heleno Gonçalves Júnior Antunes do cargo de Inspector Geral Interino do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio.

Despacho n.º 2604/14:

Concede licença registada a Esperança Chacuma Anhece Mambelo, Técnica Média de 3.ª Classe, do quadro de pessoal deste Ministério.

Despacho n.º 2605/14:

Nomeia Balduino Mário da Costa Mucano para as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo, com a categoria de Motorista de Ligeiros Principal.

Despacho n.º 2606/14:

Nomeia Jurema Patricia Victoriano Dias para as funções de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo, com a categoria de Técnica Especialista Principal.

Ministério do Ensino Superior

Despacho n.º 2607/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Nelma Patricia do Amaral Gourgel vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Estudos, Planeamentos e Projectos do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

Despacho n.º 2608/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Maria Isabel de Carvalho Oliveira vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria Geral deste Ministério.

Despacho n.º 2609/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Sebastião Júnior Fernandes vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Geral deste Ministério.

Despacho n.º 2610/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Miguel João Cassule José vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Acção Inspectiva do Gabinete de Inspeção deste Ministério.

Despacho n.º 2611/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Catarina Esperança Rosa Ambuta vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Instrução Processual do Gabinete de Inspeção deste Ministério.

Despacho n.º 2612/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Djamilia Sebastiana dos Santos Quixito vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Auditoria do Gabinete de Inspeção deste Ministério.

Despacho n.º 2613/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Cândido Luvumbu Sumbu vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Supervisão de Pós-Graduação da Direcção Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica deste Ministério.

Despacho n.º 2614/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Carlos José dos Santos Van-Dúnem vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Investigação Científica e Extensão da Direcção Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica deste Ministério.

Despacho n.º 2615/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Natália Mónica do Menino Jesus Bartolomeu vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento e Supervisão Metodológica da Direcção Nacional de Formação Graduada deste Ministério.

Despacho n.º 2616/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Cecília António Paulo dos Santos vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Recursos, Produção e Prestação de Serviços da Direcção Nacional de Formação Graduada deste Ministério.

Despacho n.º 2617/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Benedito Cipriano Malheiro Pinheiro vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Superação e Formação de Quadros da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros, deste Ministério.

Despacho n.º 2618/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Domingos Mateus Madeira Pereira vinha exercendo no cargo de Consultor do Ministro.

Despacho n.º 2619/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Benvida Maria Arminda Tandala vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Acesso ao Ensino Superior da Direcção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e de Apoio ao Estudante, deste Ministério.

Despacho n.º 2620/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Mateus Manuel Neto vinha exercendo no cargo de Consultor da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação.

Despacho n.º 2621/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Carlos Alberto Francisco vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Orientação e Integração Profissional da Direcção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e de Apoio ao Estudante, deste Ministério.

Despacho n.º 2622/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Ducialina de Fátima Pereira Bravo da Rosa Olim vinha exercendo no cargo de Directora do Gabinete da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação.

Despacho n.º 2623/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Daniel Duku de Tshiango vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Certificação, Equivalência e Reconhecimento de Estudos do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior.

Despacho n.º 2624/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Zimwanga Temwena vinha exercendo no cargo de Consultor do Ministro.

Despacho n.º 2625/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Jesus Joaquim Baptista vinha exercendo no cargo de Director Nacional de Acesso, Orientação Profissional e Apoio ao Estudante deste Ministério.

Despacho n.º 2626/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Lopes Ferreira Baptista vinha exercendo no cargo de Director Geral do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior.

Despacho n.º 2627/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Carmen Ivelize Van-Dúnem do Sacramento Neto dos Santos vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Formação Graduada deste Ministério.

Despacho n.º 2628/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Victor da Silva vinha exercendo no cargo de Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística deste Ministério.

Despacho n.º 2629/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Pascoal Ludovino de Mendonça Neto vinha exercendo no cargo de Director Nacional de Gestão e Formação de Quadros deste Ministério.

Despacho n.º 2630/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Afonso Dala Coxi Fula vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior.

Despacho n.º 2631/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Massuquinini Inês vinha exercendo no cargo de Directora Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica deste Ministério.

Governo Provincial de Luanda**Despacho n.º 2632/14:**

Transfere Paulo Alberto Vimpi, Sebastiana Augusto Paulo Camindo, Rolanda Chagas Vicente Ferreira, Simões Samuel Monteiro, Lassalete Florinda Lucas dos Santos e Angelina Napunho Miúdo, Professores do II Ciclo do Ensino Secundário, Diplomados do 3.º, 6.º e 8.º Escalão da Direcção Provincial da Educação de Luanda para o Ministério da Educação.

Despacho n.º 2633/14:

Nomeia António Bartolomeu Fernandes, António Nelson de Assunção, Bernardo Adão Sebastião, Domingos Manuel Cagiza, Eufrásio Bravo da Rosa, Filipe Ambrósio Muondo, Filipe Jorge de Melo, Francisco António da Costa Luís, Francisco Lourenço António, Francisco Luís Sebastião da Costa, João Fernando António, Lelo Hilário, Manuela Sebastião da Silva Félix, Maria Amélia Pereira, Maria Augusta José Francisco, Maria de Assunção Damião Sebastião, Maria Esperança António dos Santos Neto, Moniz Álvaro Dala Dombaxe, Pereira Simão Vicente, Sebastião Mateus João, Suzana Matcus Francisco António Bernardo, Tomás António João Cassua e Virgílio Manuel Domingos para o cargo de Subdirectores das Escolas do Ensino Primário e do I Ciclo, do Município do Cazenga.

Despacho n.º 2634/14:

Nomeia Adriano Domingos Martins, Afonso Álvaro, André Vieira Fernandes, António André Amaro do Nascimento, Balbina João Costa Joaquim Simão, Bernardino Policarpo Agostinho, Dina Pascoal Peliganga Santana, Domingas da Encarnação Bizerra Júlio, Domingas José Genha, Domingos Inácio, Eurídice Unvungui Leitão Congo Baltazar, Fernando António, Fernando Diogo da Silva, Francisca Leopoldina da Silva Fernandes, Francisco Manuel Domingos, Francisco Nhangá Júnior António, Henrique Chiega Mige Sacotengo, Inácio Francisco de Almeida, Isabel Manuela Ambrósio dos Santos Pinto, João Adão António Domingos, José Bumba Buco, José Manuel da Conceição Rocha, Lourenço da Conceição da Costa Pascoal, Lourenço Francisco Paixão, Luísa Pedro Paulo, Manuela de Lourdes Manuel, Maria da Conceição Castro Pereira Bravo, Maria Diogo Matcus Francisco da Silva, Maria Júlia José Gonçalves Calembula, Mariana Beatriz Manuel, Matias de Sousa Pereira Loureiro, Miguel Panzo, Paulo Domingos Adão, Pedro da Costa Paulo, Pedro Ribeiro Macanga, Rafael José Neto, Ricardina de Assunção Manuel Fernanda da Silva Santana, Sebastião Lamuria, Valéria Augusto Correia Gouveia Leite, Violante Nicolau Buila e Zaqueu Mendes Jorge de Carvalho para o cargo de Directores das Escolas do Ensino Primário e do I Ciclo, do Município do Cazenga.

**ANIP — Agência Nacional
para o Investimento Privado****Resolução n.º 74/14:**

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «HMS — Comércio e Indústria, Limitada» no valor global de USD 1.000.000,00.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Despacho n.º 2583/14
de 18 de Setembro**

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério

das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Domingas Maria Carvalho Santos do Prado, Técnica Média de 2.ª Classe, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 2584/14
de 18 de Setembro**

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Henriques Bernardo Santos, Motorista de Pesados Principal, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

**Despacho n.º 2585/14
de 18 de Setembro**

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Guilhermina Valente António, Aspirante, desvinculada dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2586/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Xavier Vasco Gomes, Técnico Especialista Principal, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1, do artigo 32.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2587/14
de 18 de Setembro

Considerando que nos termos da legislação em vigor são garantidas, no final da comissão de serviço aos funcionários públicos, o direito ao regresso a carreira e a respectiva promoção de acordo com o disposto no artigo 24, do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Maria Del Pilar Africano, Técnica Superior de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior deste Ministério, promovida à categoria de 1.º Assessor.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2588/14
de 18 de Setembro

Considerando que a funcionária Irene Cassova Nunda solicitou a transferência prevista pelo artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, de acordo com o artigo 4.º, do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com

as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, bem como da alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Irene Cassova Nunda, Técnica Média de 3.ª Classe, transferida da Repartição Fiscal de Finanças do Namibe para a Repartição Fiscal do Lúbangô da Delegação Provincial de Finanças da Huíla.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2589/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Ernestina Maria da Silva Pereira, Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Benguela.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2590/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4, do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Osvaldo Carlos Victorino, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Adjunto do Chefe da Repartição Fiscal de Benguela.

2. É revogado o Despacho n.º 1615/14, de 11 de Agosto, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, que nomeia Osvaldo Carlos Victorino, Técnico Superior de 2.ª Classe, para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Benguela.

3. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2591/14 de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Mendes da Costa Afonso, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe da Secção de Prevenção e Fiscalização Tributária da Repartição Fiscal do Lubango.

2. É revogado o Despacho n.º 1621/14, de 11 de Agosto, que nomeia Mendes da Costa Afonso, Técnico Superior de 2.ª Classe, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe da Repartição Fiscal do Lubango.

3. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 2592/14 de 18 de Setembro

Tendo Carlos Tecassala Zinga, solicitado a alteração de seu nome para Tekasala Ma'at Nzinga, ao abrigo do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil;

Organizado e instruído o processo, nos termos do artigo 131.º do Código do Registo Civil, conjugado com o disposto no artigo 370.º do mesmo Código e ao abrigo do Despacho n.º 846/13, de 1 de Abril, do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É alterado o nome de Carlos Tecassala Zinga, nascido aos 11 de Março de 1975, no Município da Ingombota, Província de Luanda, filho de Filipe Zinga e de Luísa Maria

Joana, para Tekasala Ma'at Nzinga, nos termos do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil.

Publique-se.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, em Luanda, aos 7 de Julho de 2014.

— A Secretária de Estado para a Justiça, *Maria Isabel F. Tormenta dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 2593/14 de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Catiti Tchimumbula, Operário Qualificado de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2594/14 de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário José Tchingongo Tchambala, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2595/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Maurício Feliciano, Operário não Qualificado de 1.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2596/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Ndjunga Canganha, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2597/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Simão Tchicale Souel, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2598/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Mbuaile Mahimba, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2599/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Sampaio Cacimbo, Encarregado não Qualificado, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2600/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura, determino:

1. É o funcionário Calenga Lolola, Operário não Qualificado de 2.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Veterinária, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 2601/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É o funcionário Sales dos Santos Sebastião, Escriturário-Dactilógrafo, desvinculado do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agrário, para efeitos de reforma, por reunir as condições necessárias exigidas por lei.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO**Despacho n.º 2602/14**
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo o disposto na alínea g) do artigo 5.º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço, que Bendinho Freitas Miguel Eduardo, vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 61/2013, de 11 de Fevereiro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor, com efeitos a partir do dia 26 de Julho de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 2603/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Heleno Gonçalves Júnior Antunes, exonerado do cargo de Inspector Geral Interino do Gabinete de Inspeção Geral do Comércio, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 2473/13, de 14 de Novembro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 2604/14
de 18 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo o disposto na alínea g) do artigo 5.º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1.º — É concedida licença registada a Esperança Chacuma Anhece Mambelo, Técnica Média de 3.ª Classe, colocada no Gabinete de Intercâmbio do Ministério do Comércio, por um período de 6 (seis) meses, ao abrigo do disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, com efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2014.

2. — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Julho de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 2605/14
de 18 de Setembro

Havendo necessidade de se preencher a vaga de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo o disposto na alínea g) do artigo 5.º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, e no artigo 1.º do Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro, determino:

1. É Balduino Mário da Costa Mucano, nomeado para, em comissão de serviço, exercer as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo, com a categoria de Motorista de Ligeiros Principal.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 2606/14
de 18 de Setembro

Havendo necessidade de se preencher a vaga de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo o disposto na alínea g) do artigo 5.º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, e no artigo 1.º do Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro, determino:

1. É Jurema Patrícia Victoriano Dias, nomeada para, em comissão de serviço, exercer as funções de Secretária do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Externo, com a categoria de Técnica Especialista Principal.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Despacho n.º 2607/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial

n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Nelma Patrícia do Amaral Gouvel vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Estudos, Planeamentos e Projectos do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1239/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2608/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Maria Isabel de Carvalho Oliveira vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Relações Públicas e Protocolo da Secretaria Geral do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado à luz do Despacho n.º 1253/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2609/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Sebastião Júnior Fernandes vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Geral do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado à luz do Despacho n.º 1231/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2610/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Miguel João Cassule José vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Acção Inspectiva do Gabinete de Inspeção do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1232/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2611/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Catarina Esperança Rosa Ambuta vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Instrução Processual do Gabinete de Inspeção do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1234/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2612/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Djamila Sebastina dos Santos Quixito vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Auditoria do Gabinete de Inspeção do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1236/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2613/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Cândido Luvumbu Sumbu vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Supervisão de Pós-Graduação da Direcção Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1244/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2614/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do

artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Carlos José dos Santos Van-Dúnem vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Investigação Científica e Extensão da Direcção Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1162/13, de 14 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2615/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Natália Mónica do Menino Jesus Bartolomeu vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento e Supervisão Metodológica da Direcção Nacional de Formação Graduada do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1242/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2616/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Cecília António Paulo dos Santos vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Recursos, Produção e Prestação de Serviços da Direcção Nacional de Formação Graduada do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1243/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2617/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Benedito Cipriano Malheiro Pinheiro vinha exercendo no cargo de Chefe de Departamento de Superação e Formação de Quadros da Direcção Nacional de Gestão e Formação de Quadros do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1248/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2618/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Domingos Mateus Madeira Pereira, tem vindo a exercer no cargo de Consultor do Ministro do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1179/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2619/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Benvinda Aminda Tandala vinha exercendo, no cargo de Chefe do Departamento de Acesso ao Ensino Superior da Direcção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e de Apoio ao Estudante do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1245/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2620/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Mateus do Neto, tem vindo a exercer no cargo de Consultor da Direcção de Estado do Ensino Superior para a Inovação, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1235/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2621/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Carlos Alberto Francisco vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Orientação e Integração Profissional da Direcção Nacional de Acesso, Orientação Profissional e de Apoio ao Estudante do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1163/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2622/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de Serviço Público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Ducialina de Fátima Pereira Bravo da Rosa Olim, tem vindo a exercer no cargo de Directora do Gabinete da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação, ao qual havia sido nomeada por Despacho n.º 1182/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2623/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Daniel Duku de Tshiangolo vinha exercendo, no cargo de Chefe de Departamento de Certificação, Equivalência e Reconhecimento de Estudos do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado, à luz do Despacho n.º 1250/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2624/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Zimwangana Temwena, tem vindo a exercer no cargo de Consultor do Ministro do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1178/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2625/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Jesus Joaquim Baptista, tem vindo a exercer no cargo de Director Nacional de Acesso, Orientação Profissional e Apoio ao Estudante do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1220/13, de 17 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2626/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14,

de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Lopes Ferreira Baptista, tem vindo a exercer no cargo de Director Geral do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1192/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2627/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Carmen Ivelize Van-Dúnem do Sacramento Neto dos Santos, tem vindo a exercer no cargo de Directora Nacional de Formação Graduada do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeada por Despacho n.º 1188/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2628/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Victor da Silva, tem vindo a exercer no cargo de Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1190/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2629/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 16 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Pascoal Neto, tem vindo a exercer no cargo de Director Nacional de Gestão e Formação de Quadros do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1186/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2630/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 16 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Afonso Dala Fula, tem vindo a exercer no cargo de Director Geral do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeado por Despacho n.º 1195/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

Despacho n.º 2631/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço público;

em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º, do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com o disposto na alínea h) do artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 16 de Maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Massuquinini Inês, tem vindo a exercer no cargo de Directora Nacional de Formação Avançada e Investigação Científica do Ministério do Ensino Superior, ao qual havia sido nomeada por Despacho n.º 1187/13, de 16 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 7 de Agosto de 2014.

O Ministro, *Adão Gaspar Ferreira do Nascimento*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 2632/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço;

Havendo a necessidade de se proceder à transferência efectiva dos funcionários abaixo indicados, em virtude de terem sido seleccionados para trabalhar no Ministério da Educação, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. São, os funcionários indicados abaixo, transferidos da Direcção Provincial da Educação de Luanda para o Ministério da Educação:

- a) Paulo Alberto Vimpi — Professor II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 10376380;
- b) Sebastiana Augusto Paulo Camindo — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 08610270;
- c) Rolanda Chagas Vicente Ferreira — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 08603092;
- d) Simões Samuel Monteiro — Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 10314188;
- e) Lassalet Florinda Lucas dos Santos — Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 8.º Escalão, Agente n.º 86914809;
- f) Angelina Napunho Miúdo — Professora do Ensino Primário.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 28 de Novembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2633/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do

artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. São, os que constam do mapa abaixo, nomeados para em comissão de serviço exercerem o cargo de Subdirectores das Escolas do Ensino Primário e do I Ciclo, do Município do Cazenga;

Nome Completo	Categoria	Agente	Nível da Escola	N.º da Escola
António Bartolomeu Fernandes	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10352450	Primária	3018 ex. - 7018
António Nelson de Assunção	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10362477	Primária	3058 ex. - 7058
Bernardo Adão Sebastião	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 2.º Esc.	10377645	Primária	3021 ex. - 7021
Domingos Manuel Cagiza	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc..	06276884	Primária	3006 ex. - 7006
Eufrásio Bravo da Rosa	Prof. do Ens. Prim. Dipl. do 5.º Esc.	06669299	Primária	3030 ex. - 7030
Filipe Ambrósio Muondo	Prof. I Ciclo Ens. Sec. Dipl. do 2.º Esc.	10383054	Primária	3019 ex. - 7019
Filipe Jorge de Melo	Prof. do Ens. Prim. Dipl. do 1.º Esc	10409865	I Ciclo	3079 ex. - 7079
Francisco António da Costa Luís	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 8.º Esc.	10412749	Primária	3020 ex. - 7020
Francisco Lourenço António	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 5.º Esc.	10351315	Primária	3004 ex. - 7004
Francisco Luis Sebastião da Costa	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	06673036	I Ciclo	3001 ex. - 7001
João Fernando António	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 1.º Esc.	10414100	I Ciclo	3045 ex. - 7045
Lelo Hilário	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10345734	I Ciclo	3029 ex. - 7029
Manuela Sebastião da Silva Félix	Prof. I Ciclo Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10358412	Primária	3026 ex. - 7026
Maria Amélia Pereira	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 7.º Esc.	11177641	Primária	3046 ex. - 7046
Maria Augusta José Francisco	Prof. I Ciclo Ens. Sec. Dipl. do 2.º Esc.	10344172	Primária	3036 ex. - 7036
Maria de Assunção Damião Sebastião	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10342842	Primária	3002 ex. - 7002
Maria Esperança António dos Santos Neto	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 1.º Esc.	10346372	Primária	3003 ex. - 7003
Moniz Álvaro Dala Dombaxe	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10383427	Primária	3025 ex. - 7025
Pereira Simão Vicente	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	01400121	I Ciclo	3053 ex. - 7053
Sebastião Mateus João	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10414056	Primária	3037 ex. - 7037
Suzana Mateus Francisco António Bernardo	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	01406490	Primária	3012 ex. - 7012
Tomás António João Cassua	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10398877	Primária	3015 ex. - 7015
Virgílio Manuel Domingos	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 5.º Esc.	10397978	Primária	3016 ex. - 7016

2. Este Despacho produz efeitos a partir de 15 de Junho de 2013.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2634/14
de 18 de Setembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do

artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. São, os que constam do mapa abaixo, nomeados para em comissão de serviço, exercerem o cargo de Directores das Escolas do Ensino Primário e do I Ciclo, do Município do Cazenga;

Nome Completo	Categoria	Agente	Nível da Escola	N.º da Escola
Domingos Martins	Prof. do Ens. Primário do 4.º Esc	10343818	Primária	3077 Ex. - 7077
Alvaro	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10399187	Primária	3016 Ex. - 7016
Vieira Fernandes	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	06278446	Primária	3022 Ex. - 7022
André Amaro do Nascimento	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10362359	Primária	3023 Ex. - 7023
Costa Joaquim Simão	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10384869	Primária	3013 Ex. - 7013
Polícarpo Agostinho	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10395672	Primária	3024 Ex. - 7024
Pelaganga Santana	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc	10342888	Primária	3044 Ex. - 7044
da Encarnação Bizerra Júlio	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 2.º Esc.	10342144	Primária	3080 Ex. - 7080
José Genha	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc	10400717	Primária	3007 Ex. - 7007
Indício	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10393740	Primária	3014 Ex. - 7014
Umgui Leitão Cango Baltazar	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10411709	I Ciclo	3029 Ex. - 7029
António	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10391310	Primária	3081 Ex. - 7081
Diogo da Silva	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10388399	Primária	3017 Ex. - 7017
Leopoldina da Silva Fernandes	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10384007	Primária	3028 Ex. - 7028
Manuel Domingos	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10395123	Primária	3046 Ex. - 7046
Nhangá Júnior António	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	06667082	Primária	3035 Ex. - 7035
Chiega Mige Sacotengo	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10411490	Primária	3067 Ex. - 7067
Francisco de Almeida	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10343468	Primária	3004 Ex. - 7004
Manuela Ambrósio dos Santos Pinto	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10411402	I Ciclo	3045 Ex. - 7045
António Domingos	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10400083	Primária	3038 E. - 7038
Buço	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 1.º Esc.	10383367	Primária	3019 Ex. - 7019
Manuel da Conceição Rocha	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	01400026	Primária	3032 Ex. - 7032
da Conceição da Costa Pascoal	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10348900	Primária	3018 Ex. - 7018
Francisco Paixão	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 5.º Esc.	10413855	Primária	3015 Ex. - 7015
Paulo	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 7.º Esc.	10395710	Primária	3011 Ex. - 7011
de Lourdes Manuel	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10411508	Primária	3034 Ex. - 7034
da Conceição Castro Pereira Bravo	Téc. Prof. I Ciclo do Ens. Sec.	06291205	I Ciclo	3049 Ex. - 7049
Diogo Mateus Francisco da Silva	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	06677896	Primária	3039 Ex. - 7039
José Gonçalves Calembula	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10386710	Primária	3047 Ex. - 7047
Beatriz Manuel	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10398736	Primária	3025 Ex. - 7025
de Sousa Pereira Loureiro	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 7.º Esc.	10347176	Primária	3020 Ex. - 7020
Panzo	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	07918669	Primária	3002 Ex. - 7002
Domingos Adão	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10387402	I Ciclo	3001 Ex. - 7001
Costa Paulo	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10661205	Primária	3036 Ex. - 7036
Macanga	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10404201	I Ciclo	3042 Ex. - 7042
José Neto	Prof. I Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 4.º Esc.	10408050	Primária	3027 Ex. - 7027
da Assunção Manuel Fernanda da Silva Santana	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10403176	Primária	3006 Ex. - 7006
Lamuria	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10347302	Primária	3003 Ex. - 7003
Augusto Correia Gouveia Leite	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10400798	Primária	3058 Ex. - 7058
Nicolau Buila	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 6.º Esc.	10392863	Primária	3030 Ex. - 7030
Mendes Jorge de Carvalho	Prof. II Ciclo do Ens. Sec. Dipl. do 3.º Esc.	10413884	Primária	3037 Ex. - 7037

Este Despacho produz efeitos a partir de 15 de Junho de 2013.

Molique-se.

Cabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 18 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião*

Francisco Bento.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 74/14
de 18 de Setembro

Considerando que Hassan Salman, pessoa singular de nacionalidade libanesa, entidade não residente cambial, Investidor externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de investimento externo.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se a comercialização e manutenção de automóveis e acessórios.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «HMS — Comércio e Indústria, Limitada», no valor global de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 13 de Março de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PROJECTO «HMS — COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LIMITADA»

Contrato de Investimento

Entre:

O Estado da República de Angola, aqui representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, adiante designada abreviadamente por («ANIP»), nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio, («Lei do Investimento Privado»), por sua vez aqui representada pela sua Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*;

E

Hassan Salman, pessoa singular de nacionalidade libanesa, entidade não residente cambial, Investidor externo, representado neste acto por José Luís António Domingos, Advogado, titular da Cédula n.º 685.

O «Investidor» e o «Estado» quando referidos conjuntamente serão referidos como «Partes».

Considerando que:

1. Hassan Salman, Engenheiro mecânico, tem forte interesse no Mercado automóvel angolano, concretamente na comercialização de viaturas, acessórios e assistência técnica;
2. O mercado angolano tem forte procura pelas mesmas e carência de assistência técnica, disponível a prestar tais serviços com a mais alta qualidade exigida a nível do mercado internacional.

As Partes acordam livremente e de boa-fé o presente contrato de investimento (juntamente com os seus anexos, doravante denominado como o «Contrato»), que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA 1.ª (Natureza e objecto do Contrato)

1. O Contrato tem natureza administrativa.
2. O presente Contrato tem como objecto a comercialização e manutenção de automóveis e acessórios.

CLAUSULA 2.ª (Localização do Investimento e Regime Jurídico dos bens do Investidor)

1. O investimento terá a sede social no Distrito Urbano da Ingombota, Avenida 4.º de Fevereiro - Edifício Presidente, Business Center, salas 249, 250 e 251, 2.º andar, na Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A.
2. Os bens de equipamentos, máquinas, acessórios e outros bens fixos corpóreos a serem edificados pelo Investidor para integrarem o Projecto de investimento de constituição da «HMS — Comércio e Indústria (SU), Limitada, serão propriedade da mesma e estarão sob o regime de propriedade privada.

CLAUSULA 3.ª (Prazo e denúncia do Contrato)

O Contrato permanecerá em vigor por tempo indeterminado.

CLAUSULA 4.ª (Objectivos do Projecto de Investimento)

Através da «HMS — Comércio e Indústria (SU), Limitada», pretende-se atingir os objectivos económicos e sociais, constantes do artigo 27.º da Lei de Investimento Privado, a saber:

- a) Incentivar o crescimento económico nacional;
- b) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e a elevação da qualificação de Mão-de-Obra Angolana;
- c) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva.

CLÁUSULA 5.ª

(Montante do Investimento)

O âmbito da implementação e desenvolvimento do investimento global é de USD 1.000.000.00 (um milhão de dólares norte americanos).

Valor previsto para o investimento no projecto das operações inseridas no quadro do empreendimento e não sendo ser aplicado de forma ou para finalidade não nem desviar-se do objecto nos termos deste con-

investidor no quadro da implementação e desenvolvimento do investimento, objecto do presente Contrato, nos termos da Lei do Investimento Privado, solicitar a ANIP, alterações da forma de realização do investimento bem como aumentos de capitais de investimento, para a realização e êxito do Projecto.

CLÁUSULA 6.ª

(Operação de Investimento)

A implementação do projecto a operação de investimento a investidora irá realizar é a prevista na alínea a) do 12.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio.

CLÁUSULA 7.ª

(Formas de realização do Investimento)

O investimento será integralmente realizado através da aplicação de fundos do exterior de acordo com a alínea a) do 13.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O valor global do investimento será integralmente financiado com fundos próprios do investidor domiciliado no país de Angola.

CLÁUSULA 9.ª

(Cronograma de execução e implementação do projecto)

O projecto de investimento será completamente implementado no prazo de 12 meses, nos termos do Cronograma de execução e implementação anexo ao presente contrato de investimento.

CLÁUSULA 10.ª

(Da proporção e graduação percentual do repatriamento dos dividendos)

O projecto de investimento ficará sujeito à legislação em vigor na República de Angola e as regras previstas no Investimento Privado.

Depois de implementado o projecto de investimento a repatriação ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas no Regulamento do BNA, conforme a legislação será aplicável, ao investidor externo é garantido o direito de repatriar para o exterior:

a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do

capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;

b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado;

d) Produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. O Investidor só terá direito de iniciar o repatriamento dos lucros depois de transcorridos três (3) anos a contar da data da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA 11.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto.

2. O Investidor fornecerá aos técnicos da ANIP, devidamente credenciados, dados e elementos que proporcione o cabal acompanhamento e fiscalização das actividades que possua de natureza técnica, económica, financeira ou outra, que se julgue conveniente, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do Projecto, os aumentos de capitais para o investimento bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, o Investidor, sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11 de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de investimento autorizado.

6. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

1. ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º Andar.

Luanda - Angola.

Telefones: +244) 222 39 14 34/33 12 52.

Fax: (+244) 222 39 33 81/39 38 33.

CP: 5465.

E-mail: geral@anip.co.ao

2. Investidor/ Representante:

Avenida 4.º de Fevereiro - Edifício Presidente, Business center, salas 249, 250 e 251, 2.º Andar
Luanda - Angola

Telefones: (+244) 924 136 161 / 948 026 294 E-mail: zeluis59@hotmail.com

3. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 12.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto)

O projecto terá o seguinte impacto económico e social:

1. A melhoria dos serviços no sector incentivar o crescimento da economia e promover o bem-estar da população Angolana.

2. O início operacional do projecto será prestado com uma participação inicial essencialmente de 7 trabalhadores angolanos.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacte Ambiental)

No quadro da implementação e desenvolvimento do projecto, o investidor deverá cumprir o estabelecido na legislação sobre o ambiente em vigor na República de Angola.

CLÁUSULA 14.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

O Projecto prevê a admissão e formação de novos trabalhadores, conforme quadro de pessoal constante no anexo 2. O Investidor obriga-se ainda ao seguinte:

1. Cumprir as normas do Decreto n.º 5/95 de 7 de Abril, sobre o emprego de força de trabalho qualificada estrangeira não residente e força de trabalho nacional;

2. Criar nove (9) novos postos de trabalho, sendo 7 (sete) para nacionais e 2 (dois) para expatriados;

3. Cumprir o plano de formação e capacitação da força de trabalho nacional;

4. A celebrar contratos de seguro de trabalho, acidentes e doenças profissionais a favor dos trabalhadores e cumprirá com as obrigações da Segurança Social.

CLÁUSULA 15.ª
(Apoio Institucional do Estado)

As instituições públicas Angolanas, que compõem a Comissão de Negociação de Facilidades e Incentivos (CNFI), de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do País, comprometem-se a apoiar o licenciamento das actividades a serem exercidas no âmbito do Projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos, a saber:

1. ANIP — órgão competente para aprovar o investimento e intervir sempre que necessário for junto dos organismos intervenientes para a implementação do Projecto.

2. Ministérios do Comércio e Transporte — conceder apoio para o licenciamento que se mostrar necessário no âmbito do Projecto.

3. BNA — Departamento de Controlo Cambial, emitir as licenças de importação dos capitais autorizados, nos termos legalmente estabelecidos.

CLÁUSULA 16.ª

(Direitos e deveres do investidor)

1. É constitucionalmente garantido à HMS — Comércio e Indústria (SU), Limitada, pelos princípios que enformam a ordem jurídica, política e económica Angolana, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo, nos termos da Lei do Investimento Privado, nomeadamente.

2. O acesso aos Tribunais para a defesa e protecção dos direitos.

3. O direito de denúncia junto do Ministério Público de quaisquer irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade em geral que atentem directa ou indirectamente contra os seus interesses económicos.

4. O pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, caso os bens objecto do projecto de investimento sejam expropriados.

5. A garantia do direito de propriedade industrial sobre toda a criação intelectual.

6. Garantia dos direitos de posse, uso e aproveitamento titulado da terra, bem como sobre outros recursos dominiais.

7. Não interferência pública na gestão das empresas privadas, excepto nos casos expressamente previstos na lei.

8. Não cancelamento de licenças sem o respectivo processo administrativo ou judicial.

9. Garantia de transferência para o exterior dos lucros e dividendos, indemnizações, ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos.

10. Exportação de capitais e invisíveis correntes nos termos da Lei do Investimento Privado e da legislação cambial vigente.

1. Exportação de capitais necessários ao cumprimento das obrigações relacionadas com o pagamento de importações e serviços, bem como ao reembolso do financiamento, e do dos juros devidos, nos prazos estabelecidos nos respectivos contratos, caso seja necessário.

2. O Investidor é obrigado a respeitar a Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável e regulamentar em vigor na República de Angola, bem como os compromissos contratuais, sujeitando-se às penalidades neles previstas.

3. O Investidor é em especial obrigado a respeitar os direitos específicos do investidor privado, previstos no artigo 24.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 17.ª

(Lei aplicável)

O presente Contrato rege-se pela Lei Angolana.

CLÁUSULA 18.ª

(Estabilidade do Contrato)

Caso após o início da execução do Projecto ocorrer qualquer alteração na legislação Angolana ou caso surja qualquer legislação ou ainda no caso de serem adoptadas medidas administrativas que tenham um impacto negativo nas circunstâncias mediante as quais o Investidor, decidiu implementar o Projecto de investimento, ou que possa ser susceptível de afectar os direitos, obrigações ou benefícios previstos pelo presente contrato de investimento e legislação acerca do Investimento Privado, à HMS — Comércio e Indústria (SU), Limitada, fica reservado o direito de negociação com o Estado adendas a este Contrato de investimento, de forma a restaurar o equilíbrio original do Contrato ou modificar o presente Contrato de investimento.

CLÁUSULA 19.ª

(Resolução de Litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos e decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e a Investidora será submetido à arbitragem, nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para ter a função de árbitro, o terceiro árbitro que desempenhará a função de presidente do Tribunal Arbitral, cooptado por aqueles.

3. O tribunal arbitral funcionará em Luanda, Angola, e reger-se-á segundo a lei angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativos e irrecuráveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 20.ª

(Infracções e sanções)

1. Constitui infracção o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor está sujeito nos termos da lei, nomeadamente as constantes das alíneas a) a g) do artigo 84.º da Lei do Investimento Privado.

2. As infracções mencionadas no número anterior estão sujeitas às sanções estipuladas no artigo 86.º da Lei do Investimento Privado, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são os estabelecidos nos artigos 87.º e 88.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 21.ª

(Língua do contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, destinando-se um à ANIP, um para a investidora e outro para a Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 22.ª

(Anexos ao contrato)

1. Cronograma de implementação do projecto.
2. Plano de formação de trabalhadores nacionais.
3. Plano de substituição gradual de trabalhadores expatriados por trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA 23.ª

(Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

Este Contrato de Investimento representa o acordo das Partes sobre todas as matérias acima referidas e será devidamente assinado pelos seus representantes autorizados.

Luanda, aos 13 de Março de 2014.

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pelo Investidor, *José Luís António Domingos* (Advogado).

ANEXO I

Cronograma de Implementação

Rubrica	Prazo
Análise e Aprovação da Proposta Pela ANIP	Março/2014
Importação dos Capitais	Abril/2014
Formação do Pessoal	Maio - Agosto/2014
Início da Actividade	Junho/2014

ANEXO II
Plano de Formação Inicial — 2014

Data	Destinatários	Conteúdos Programáveis
Maio - Junho/2014	Operários não Qualificados	»Enquadramento geral da actividade da empresa. »Medidas preventivas de protecção individual. »Equipamento de protecção individual »Realização de trabalhos sob orientação.
Julho/2014	Trabalhadores Administrativos	»Enquadramento geral da actividade da empresa. »Atendimento de clientes. »Regras Gerais de contabilidade, caixa e tesouraria. »Elaboração de propostas. »Procedimentos administrativos de recursos humanos.
Agosto/2014	Operários Qualificados	»Enquadramento geral da actividade da empresa. »Questões gerais de higiene e segurança no trabalho. »Funcionamento de equipamentos e mecânica. »Manutenção de equipamentos. »Riscos associados ao manobramento de máquinas.

ANEXO III
Plano de Substituição da Mão-de-Obra Expatriada Pela Nacional

Rubricas	Ano 1		Ano 2	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Empregos Permanentes	07	02	20	02
Total	07	02	20	02

Pela República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.
 Pelo Investidor, *José Luís António Domingos* (Advogado).